

O ESPAÇO DA PRODUÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Fausto Moura Breda (USP – São Carlos)

Email: faustomb@usp.br

1. Introdução

Da Escola de Chicago, passando pela crítica estruturalista (Castells, 1983) e pela perspectiva da produção social do espaço (Lefebvre, 2006; Gottdiener, 2010), é possível identificar um processo de amadurecimento da teoria do espaço. Entender sua gênese social segue sendo um pilar para a compreensão do espaço urbano e, conseqüentemente, das cidades.

A noção da *totalidade* que envolve o espaço social deve ser resgatada a partir de conceitos, ou *abstrações concretas* (Lefebvre, 2006; 2008), que emergem da própria realidade social. Esse artigo tem por objetivo problematizar: a partir de qual arcabouço teórico é possível se aproximar de uma leitura mais global do espaço social e, por conseqüência, do espaço urbano?

O estudo dos fenômenos espaciais tem demonstrado que o uso de uma ou outra categoria analítica é importante. Tratarei então do espaço social a partir da categoria *produção*, desdobrando um conjunto categorial útil para entender a transição do espaço prático-sensível ao espaço social. A abordagem visa compreender o processo real de produção “como unidade do processo imediato de produção e do processo de circulação” (Marx, 1988, p.260), fazendo a separação teórico-analítica entre os dois momentos para depois buscar as relações dinâmicas e contraditórias que envolvem seu entrelaçamento no interior do *processo real de produção do espaço*.

Partirei de aspectos conceituais mais abstratos relativos à produção social do espaço para depois avançar na perspectiva de produção do espaço capitalista, desde o espaço da produção (a construção) como primeiro momento, passando pelo espaço como produto (mercadoria) e como instrumento, até a produção do espaço abstrato – espaço capitalista por excelência – e suas contradições com a própria forma urbana que ele representa.

2. Aspectos conceituais: o espaço social e a centralidade da categoria

produção

2.1. *Espaço como realidade social*

Independente do ser humano, os componentes da natureza existem enquanto tais, com suas propriedades químicas, físicas e biológicas. A capacidade de dotá-los de alguma utilidade social, de convertê-los em valores de uso, depende do ser humano, mais especificamente do trabalho humano (Marx, 1982). Por isso, segundo Lefebvre (2006, p.168), o espaço prático-sensível, ou a natureza, “não é ainda nem o espaço da produção nem a produção do espaço”: é necessário compreender o *espaço social*. Este não exclui o espaço prático-sensível, que permanece sendo uma camada em seu interior. No entanto, é necessário conceber o espaço como *produto* da ação humana, aspecto da “segunda natureza” humana (p.4), o que implica o distanciamento irreversível do espaço-natureza para o domínio do espaço social transformado e apropriado pelo ser humano (2006). Ao mesmo tempo, é *instrumento* de ação, induzido e indutor, em suma, trataremos aqui do espaço como *realidade social*. Assim, o espaço social não é mero epifenômeno ou reflexo das relações sociais. Mais do que um *fato*, este é um *processo* que se desenvolve desigualmente no planeta: deve-se conhecer a gênese do espaço social.

Para Lefebvre (2006), a tarefa colocada era orientar a análise e compreensão do espaço social segundo uma *economia política do espaço* cujo objeto seria a *produção do espaço*. Ele compreendia que a crítica da economia política, iniciada por Marx e continuada por diversos autores, permanecia um projeto inacabado. Compreender a *dimensão espacial* seria uma forma de enfrentar o desafio teórico-prático (Gottdiener, 2010). Lefebvre, assim, travou uma grande batalha filosófica pela renovação do pensamento marxista, enfrentando a filosofia especulativa e o reducionismo ideológico promovido pelas ciências especializadas. Para ele, é preciso recuperar dialeticamente a categoria de *totalidade*, e “os conceitos da *produção* e do *produzir* apresentam a universalidade concreta reclamada” (2006, p.23) como ponto de partida. Essa “universalidade concreta” inclui a *generalidade*, a *particularidade* e a *singularidade* em interação recíproca no todo social responsável pela produção do espaço.

Esse tema foi muito debatido entre diversas perspectivas críticas na segunda metade do século XX, especialmente sobre a questão urbana. Para Lojkin (1981, p.122) era um grave erro

não considerar a urbanização como elemento-chave das relações de *produção*, reduzi-la ao domínio do ‘consumo’, do ‘não-trabalho’, opor reprodução da força de trabalho – pela urbanização – ao dispêndio do trabalho vivo – na empresa.

Por essa razão também Gottdiener (2010, p.123) criticou M. Castells que dava excessiva ênfase ao urbano como “uma unidade espacial de reprodução da força de trabalho”, perspectiva que se afasta do processo de produção do espaço.

Recentemente, Maricato (2009) chamou a atenção para a ausência das determinações gerais da produção nas abordagens que privilegiam a esfera do consumo e a política habitacional praticada pelo Estado. Segundo ela, “os estudos que têm como objeto o urbano, a habitação, o financiamento e a terra, raramente incorporam o tema da construção em seu escopo” (p. 38). A atualidade do texto da autora demonstra que retomar esse tema é fundamental para que as pesquisas científicas estejam ancoradas em pressupostos sólidos, que possam contribuir para maiores avanços teóricos na interação com fases empíricas das pesquisas sobre o espaço urbano.

2.2. *Produção do espaço*

Para compreender essa categoria é preciso dissecar os componentes que permitem e viabilizam a produção. Ora, toda a produção exige um *processo de trabalho*, que tomado de modo geral:

é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, *condição universal* do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 1985, p.153, grifos meus)

Daí a universalidade. Nessa abordagem, no entanto, tudo se tornaria indistinto dentre as várias épocas históricas. É preciso estabelecer a relação entre os **meios de produção** e o nível de desenvolvimento das **forças produtivas do trabalho**, indicando as **relações sociais de produção** em interação com essas forças. Isso só é possível com a inserção de outra categoria fundamental: o **modo de produção**. Quem produz o espaço social são as forças de produção (força de trabalho + instrumentos/meios de produção) em unidade contraditória com as relações sociais de produção. O modo de produção traz a dimensão histórica, sem a qual se compreenderia o desenvolvimento social como uma corrente *evolutiva*

das forças produtivas, muito comum na análise descritiva do espaço, como demonstra Gottdiener (2010) na crítica à Escola de Chicago e Lojkine (1981) na crítica à sociologia funcionalista.

A partir da categoria modo de produção pode-se debater como cada sociedade, que contém determinadas relações de produção, produz o espaço adequado para reproduzir sua própria *forma* social. Uma forma relacionada à determinada *função*, amparadas numa *estrutura* social (Lefebvre, 2008). Assim, por exemplo, a estrutura agrária do modo de produção escravista ou do modo de produção asiático da sociedade antiga permitiu a produção de excedentes que liberassem certa camada social estabelecida na primeira forma urbana, a cidade cuja função política era a principal. A partir da desagregação do Império Romano seguiu-se na Europa Ocidental a universalização da troca mercantil no interior do modo de produção feudal, constituindo uma forma urbana cuja principal função era comercial, com a centralidade do mercado. Essa rápida exemplificação serve apenas para traçar que **o modo de produção não produz somente objetos ou produtos**; ao produzi-los, **produz e reproduz o espaço social** (e o seu tempo) que, por sua vez, está ligado à reprodução da sociedade como um todo, o que inclui as dimensões da reprodução biológica, da força de trabalho e das relações sociais de produção (2006).

Essa abordagem geral indica que a produção do espaço é complexa e envolve distintos agentes e classes, próprios de determinadas formações sociais. Por isso, adiante trataremos como essas categorias se desenvolvem na produção do espaço no modo de produção capitalista, que é também a produção do *espaço capitalista*.

3. A produção capitalista do espaço

Tratar a produção do espaço como produção capitalista impõe novas determinações sociais. Tratemos das mais gerais. Primeiro, é preciso considerar o capital em geral: produção de mercadorias nas quais o valor de troca predomina sobre o valor de uso; processo de trabalho como produção de valor e valorização de capital, logo, processo de produção de mais-valia. Segundo, o modo de produção em si e o processo de circulação: separação dos produtores diretos (trabalhadores) dos meios de produção (propriedade dos capitalistas) e do produto do trabalho. O modo de produção capitalista para perpetuar seu

ciclo de acumulação necessita de um mercado suficientemente robusto para absorver o conjunto dos resultados do processo global de produção.

Considero que analisar a construção é um caminho útil para compreender a produção do espaço construído simultaneamente como: 1) dispêndio de trabalho vivo e valorização do capital; e 2) dimensão fundamental do processo de urbanização, a produção da forma urbana, que articula não só as dimensões do capital e do trabalho, mas também da terra urbana e as formas de ocupação. Trata-se de um ramo da produção que possui, portanto, uma série de especificidades que precisam ser corretamente antecipadas. Analisemos agora esse *espaço da produção*.

3.1. *Construção: primeiro momento da produção do espaço*

A construção é, teoricamente, a primeira forma de produção do espaço e o primeiro espaço de produção. Se todo espaço social foi produzido socialmente, então *todo espaço produzido foi espaço de produção*. Se a própria produção do espaço exige um espaço, então o *primeiro momento é a produção do espaço construído*, antecedendo outras formas espaciais de produção. Por exemplo, a produção automobilística exige anteriormente o edifício da fábrica. A produção cafeeira necessita preparação da terra, áreas de estocagem e secagem, vias de transporte.

No primeiro momento, portanto, produção do espaço e espaço de produção coincidem. E espaço de produção é espaço de trabalho, de produção de valor e de valorização do capital. Depois, resultam outros espaços de trabalho que se produzem “no quadro de uma sociedade global, segundo as relações de produção constitutivas” que consistem “em *unidades de produção*: empresas, explorações agrícolas, escritórios” (p.153). Por isso, os espaços de produção são “espaços reservados” no seio do espaço social. Todo o processo de produção, portanto que resulta em objetos com valor de uso e valor de troca, mercadorias “móveis” (bebidas, papeis, roupas, ferramentas), são também produção do espaço. Entretanto, o espaço construído já às “contêm”.

Ferro e Lefèvre, num texto escrito em 1963, já apontam para a necessidade de compreender o espaço a partir “das suas forças de produção” e “da consciência das oportunidades que essas forças oferecem” considerando a “divisão entre capital e trabalho, originadora de classes de possuidores de capital e de possuidores de trabalho” (2006, p.35). Seis anos depois, Ferro publicaria o “esboço” de sua tese: *A produção da casa no Brasil* (1969). É um texto que inicia com uma exposição dos materiais, técnicas, usos, relações de

propriedade e produção, de assalariamento, relativos à produção da “casa popular” e da “mansão”, em um percurso que vai da concretude das relações de produção no capitalismo (como um todo difuso e desconexo) às categoriais abstratas (abstrações concretas) – o caminho típico do processo de pesquisa – que abrem caminho para a reconstrução teórica da concretude das relações com toda a riqueza inicialmente apagada pela imediatividade das coisas, como “síntese de múltiplas determinações” (Marx, 2011, p.54) – o caminho da exposição. Ferro chega, assim, na “forma mercadoria” – que abrirá o primeiro capítulo de sua tese *O canteiro e o desenho* (1976). Mais tarde ele afirma que um dos méritos de sua tese era “se propor a acompanhar a aplicação dessa universalidade [a produção de mercadorias] na particularidade da produção do construído” (2006c, p.380). Assim, para ele, “a elaboração material do espaço é mais função do processo de valorização do capital que de alguma coerência interna da técnica” (2006b, p.107). Ele estava pensando na produção do espaço capitalista a partir do espaço de produção, o canteiro. A divisão técnica e social do trabalho resultaria em expressões simultaneamente dependentes e despóticas de cadeias intermediárias no controle hierárquico do trabalho pelo capital, o que passa pelo desenho arquitetônico, assunto que voltarei adiante.

O espaço do modo de produção se produz na medida em que o processo de valorização do capital empregado na construção se torna uma forma específica de reprodução ampliada capaz de mobilizar diretamente a fórmula trinitária da economia política burguesa: terra - renda; capital - juros/lucro; trabalho - salário (Marx, 1988). Isso somente é possível, porque nos processos de produção, distribuição e realização, a mais-valia (como unidade global do excedente produzido) converte-se em formas diferentes de valor. Segundo Santos (2013, p.48), isso faz com que “a mais-valia em nível mundial” seja o “único conjunto motor”, que é, “em última análise, responsável, direta ou indiretamente, pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios”. Isso ocorre, pois assim como os produtos, os valores advindos do trabalho produtivo se desprendem do momento do trabalho, se convertendo em várias formas de remuneração do capital. Ferro insistia nessa abordagem, porque é fundamental compreender que toda a riqueza social advém do trabalho produtivo. Soma-se a isso que “o processo da construção civil é complexo” (Ferro, 2006a, p.83, nota 21), que embora tenha nas últimas décadas acoplado diversas formas de mecanização ao canteiro, componentes e materiais elaborados em processos industrializados, bem como tenha inserido no conjunto do ramo sofisticadas técnicas de controle e organização do trabalho, ainda assim, a forma de trabalho predominante no conjunto é manufatureira. Desse modo, a construção ainda mobiliza, especialmente nos países capitalistas dependentes, uma grande quantidade de

trabalhadores, o que explica simultaneamente a baixa composição orgânica do capital no ramo e a grande massa de mais-valia extraída deste setor. Assim, é possível dizer que parte da mais-valia extraída do trabalho produtivo da construção remunera outras frações de capitais: 1) de ramos da produção tecnicamente mais avançados, com maior composição orgânica do capital; 2) proprietários de terra que ampliam as rendas fundiárias mediante atividade produtiva em seu interior; e 3) permite a acumulação de capital no próprio ramo da construção, e eventualmente superlucros aos capitais ali empregados, dependendo dos distintos arranjos existentes entre as frações de capital. O aspecto global resultante é que a grande massa de mais-valia extraída da construção, segundo diversos autores, é um forte instrumento contratendencial às crises do capitalismo, já que a queda da taxa de lucro – que mundialmente é tendência inexorável do capitalismo (Marx, 1986) – é um dos fatores responsáveis por elas (Braz et al., 2011). Esses aspectos combinados, explicam porque a fórmula trinitária, para Marx (1988, p.251), compreenderia “todos os segredos do processo de produção social”.

Tomado historicamente, o espaço social é um produto social fruto do processo de produção que mobiliza terra, capital e trabalho, sendo também processo de valorização do capital. O parágrafo acima traz elementos que permitem analisar a *produção imediata do espaço* (a construção) como uma camada na produção social do espaço que, de maneira alguma basta em si mesma. Ela mobiliza agentes que teoricamente podem ser analisados separados da produção imediata, mas que do ponto de vista da complexidade do desenvolvimento das relações sociais da produção capitalista estão profundamente entrelaçados em distintos graus de desenvolvimento desigual e com níveis distintos de concentração no território. Estes agentes são espacialmente atuantes em níveis que se desdobram da universalização da troca de mercadorias, de onde resulta o dinheiro e posteriormente o mercado de capitais, formando um espaço global de reprodução do capital. Resulta que produção, distribuição, e realização da mais-valia necessitam de espaços para operar, determinando a própria divisão social e territorial do trabalho. Portanto, o espaço do capitalismo possui vínculos inalienáveis entre o local e o global. Só há distribuição/realização de mais-valia porque há produção dela.

3.2. *Espaço social: produto e instrumento*

Vimos que o espaço social é um *produto*. Mas isso não explica tudo. O espaço social não é só um *reflexo* do processo global de produção, nem mesmo somente um “palco” onde ocorrem os eventos sociais e urbanos: ele intervém direta e indiretamente na reprodução

social, aquilo que Lojkine (p.123) chamou das “condições gerais da produção”. Do ponto de vista das forças sociais de produção, pode intervir *diretamente*: 1) como capital constante, como invólucro de um espaço de produção destinado a outros fins (uma vez produzido apenas transfere valor para outros produtos) – o edifício da fábrica, depósito, galpão, etc (Marx, 1985); 2) na elevação das rendas da terra, ou seja, o espaço construído interfere diretamente como propriedade imobiliária; 3) através da propriedade espacial decorrente da própria *aglomeração*, desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, que atinge seu estágio mais desenvolvido na sociedade urbana¹. O espaço social também pode intervir *indiretamente* na dinâmica social da produção: 1) pelo componente de reprodução da força de trabalho que se vincula aos meios de consumo coletivos e individuais, favorecidos pelas condições novas de acesso e consumo na e da cidade; e 2) pelo componente da luta de classes nas práticas espaciais, em que “o *design* espacial é um instrumento político de controle social” (Gottdiener, p.130).

Essa compreensão da dimensão do espaço como “instrumento” estende, então, a sua caracterização como componente dos meios de produção. Para além da terra como meio de produção, Marx analisa que essa dimensão do espaço está presente na “atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no *mesmo lugar*”, o que “constitui *histórica e conceitualmente, o ponto de partida* para a produção capitalista”. E mais adiante ele dirá que os “edifícios em que muitos trabalham, depósitos de matéria-prima etc. [...], em suma, uma parte dos *meios de produção* é agora consumida em comum no processo de trabalho” (p.257-9, grifos meus). Nesse caso, no entanto, Marx está tratando ainda da *produção imediata*. Lefebvre (2006, p.153) trabalhou a conceituação mais ampla do espaço imediato de trabalho na sociedade capitalista como resultado de uma totalidade

de gestos (repetitivos) e atos (seriais) do labor produtivo, mas também e cada vez mais da divisão (técnica e social) do trabalho e, por conseguinte, dos mercados (locais, nacionais, mundiais) e, enfim, das relações de propriedade (a posse e a gestão dos meios de produção).

É por isso que **o momento primeiro da produção do espaço, a construção, já é ele próprio pré-determinado**. O primeiro ato do trabalhador assalariado, não resulta, portanto, de seu gesto “soberano”. É o capital que os reúne. O primeiro momento da produção espacial capitalista já se deu a partir de um ordenamento, da existência de um espaço

¹ “a urbanização desempenha, a nosso ver, papel tão importante quanto a multiplicação da potência mecânica do trabalho na unidade de produção” (Lojkine, p.122).

construído em outras formações sociais, com ferramentas de trabalho preexistentes. As relações espaciais capitalistas são produtos da revolução das relações espaciais de sociedades anteriores: “*os espaços sociais se compenetraram e/ou se superpõem*” (p.76). É por isso que Santos (2013, p.67) diz que

a cada momento histórico, as heranças dos períodos passados tem *papel ativo* [grifos meus] na divisão territorial do trabalho atual. O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas *hoje*, como *ontem*”.

Nessa luta de tendências gera-se movimento, hierarquia, fluxo, regidos segundo funcionamento vinculado à atividade social, mas com dinâmica própria. Ou seja, o espaço social introduz “contradições específicas” que se ligam às contradições internas do modo de produção capitalista. Assim, as relações espaciais e as relações sociais estão ligadas dialeticamente de tal forma que “se as necessidades de capital se manifestam no espaço, as mudanças espaciais se manifestam nas necessidades do capital” (Gottdiener, 2010, p.32): é preciso considerar a “organização espacial” como “exteriorização material” que busca dar coerência às contradições capitalistas (p.129).

Isso ocorre porque **o espaço social produzido se descola do momento de sua produção**. É por estar já consumada a divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, portanto, do produtor em relação ao produto do trabalho, que o espaço aparece “autonomamente”, como mercadoria. Depois de produzido “o espaço social não coincide com o espaço do trabalho social” (Lefebvre, p.168).

A construção até hoje, devido a sua base manufatureira, diferencia-se da grande indústria. Primeiro, não gera produtos de processos seriados (as equipes e a unidade de produção são desmontadas/deslocadas finalizada a obra), onde cada mercadoria sai idêntica em forma e valor cristalizado. Mesmo com todas as embaraçosas tentativas de padronização, de transformar a casa em “máquina de morar” (Corbusier, 1977), mesmo no auge do fordismo, a conformação do espaço urbano a partir do espaço construído segue sendo uma objetificação do trabalho que transita entre “produto” e “obra” (Lefebvre, 2001, p.53-4). Segundo, a existência da construção é imóvel, depende de cada terreno, de condições climáticas e ambientais de grande variabilidade entre cada território (Maricato, 2009). Nesse sentido, Gottdiener (2010, p.133) defende que

o espaço é produzido como nenhuma outra mercadoria. Tem ao mesmo tempo uma realidade material e uma propriedade formal que o capacita a encerrar a realidade

material de outras mercadorias e suas relações sociais. Exatamente como outras mercadorias, ele representa ao mesmo tempo um objeto material e um processo que envolve relações sociais. Ao contrário das outras mercadorias, ele recria continuamente relações sociais ou ajuda a reproduzi-las; além disso, elas podem ser as mesmas relações que ajudaram a produzi-lo no primeiro local.

O espaço construído, diferente das outras mercadorias “móveis” que fazem parte do espaço social capitalista, para “apagar o trabalho revelador”, “o registro das mãos dos operários”, para encobrir “as relações de exploração e violência” (Ferro, 2006b, p.129), necessita trabalho adicional: o revestimento. Ferro não negligencia a importância de determinados revestimentos. Está-se falando da *essência* do espaço que contém e expressa o “mundo das mercadorias” e precisa ele mesmo na *aparência* esconder a mão que o produz, pois para que “um objeto produzido ou trabalhado passe do espaço de trabalho ao espaço social que o envolve, isto só pode se efetivar com o apagamento dos traços do trabalho” (Lefebvre, 2006, p.168).

A não coincidência entre o espaço de produção e o espaço social faz com que o espaço assuma, “embora de maneira distinta, uma espécie de realidade própria, ao mesmo título e no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital” (Lefebvre, p.31). Lefebvre anotou três consequências dessa existência específica: a necessidade de *representações do espaço* (espaço concebido) e de *espaços de representação* (espaço percebido), união articulada pela *prática espacial* (espaço vivido).

Na sociedade capitalista, a produção do espaço é, em geral, heterônoma. O espaço de produção possui determinações que vêm de fora. As determinações são fruto da divisão técnica do trabalho, da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, da divisão técnica do trabalho intelectual, e finalmente, da divisão social e territorial do trabalho. Essa função de “adaptar a divisão técnica do trabalho intelectual e do conhecimento à divisão social do trabalho produtivo” (2008, p.62) faz com que a ciência se torne meio de produção (Marx, 1988; Maricato, 2009), assim como o espaço. O controle, a gestão, a organização do trabalho se torna um trabalho específico. Essa função pode transitar entre ser parte do trabalhador coletivo, função intermediária (logo, trabalho produtivo, como no caso do arquiteto e do engenheiro), mesmo estando fora da produção material imediata (Ferro, p.168). E pode também desprender-se completamente do trabalho produtivo, como no caso das funções de gerente/sócio (proprietário dos meios de produção e capitalista ativo/funcionante) de uma empresa, que era rudimentarmente a função desempenhada pelo capitalista, hoje

completamente fora de qualquer função relacionada diretamente à produção – cuja expressão aparece “fora” do processo de exploração, no capital portador de juros (Marx, 1986). A autonomização completa dessas funções de controle gera a base e se desdobram em poder político de classe, logo, em poder de Estado (Lojkine).

A existência da representação do espaço como potência autônoma em relação aos espaços de representação corresponde às “mediações de segunda ordem do sistema do capital” (Mészáros, 2009, p.193). Trata-se de “*hierarquias estruturais* de dominação e subordinação” que tornam o “trabalho estruturalmente divorciado da possibilidade de controle”. Por isso da prática espacial do sistema capitalista pender para as representações do espaço. Assim, a concentração do poder de mando funcional à valorização do capital aparece: por um lado, nas mãos daqueles que detêm as informações para o controle sobre a produção do espaço, incluindo a sua representação gráfica; por outro, na expropriação do saber daqueles que efetivamente produzem o espaço. Este processo ocorre no nível da produção imediata (construção), tendo o nível urbano como mediador da estratégia político-espacial (Lefebvre, 2008), de tal modo que o controle do trabalho a partir da organização sócio-espacial extrapola o espaço de produção (Gottdiener). Por isso, a questão urbana aparece necessariamente como elemento-chave, por trazer o nível da política estatal (Lojkine).

3.3. *A produção do espaço abstrato e o espaço urbano*

O capitalismo se apoderou do espaço preexistente e foi além, reproduzindo suas relações através da produção do seu próprio espaço. A racionalidade técnica (Marcuse, 1998) aplicada à produção do espaço tem sua expressão na separação do trabalho intelectual do manual. O instrumento mediador é o desenho. O “desenho para a produção” é aquele que “persegue o acréscimo do depósito da hora abstrata” (Ferro, p.154). Nesse sentido, a “linguagem” ou “estilo” arquitetônico e urbanístico deve ser procurado no fundamento da produção do espaço: “a geometrização e a homogeneização do espaço de representação são fenômenos dependentes do predomínio do valor, do tempo de trabalho abstrato” (Lefebvre, 2006, p.156). Portanto, o “desenho de representação” é “o desenho que possibilita a mercantilização atual do espaço” (Ferro, p.184). O desenho voltado à extração de mais-valia é desenho que possibilita a produção capitalista do espaço por meio do trabalho social abstrato, puro valor. Emerge, pois, um novo espaço junto com a sociedade burguesa: o espaço abstrato, descoberto por Lefebvre (2006), corresponde ao trabalho abstrato descoberto por Marx

(1985). Na arquitetura, seu desdobramento (Ferro) é o “desenho separado” da produção imediata, que “reflete a categoria do universal, ser com a determinação de ser abstração”.

Esse espaço abstrato

contém o ‘mundo da mercadoria’ [...] apoia-se em enormes redes de bancos, centros de negócios, de grandes unidades de produção [...], no espaço das autoestradas, dos aeroportos, das redes de informação (Lefebvre, p.51)

Esse espaço é, pela própria natureza da propriedade fundiária urbana, um *espaço fragmentado* nas suas partes. No todo tende ao *homogêneo*, ao indistinto, reunindo ao mesmo tempo o espetáculo e a violência. É o *espaço hierarquizado*, onde o consumo, os locais de moradia, trabalho, são dirigidos como expressão espacial da hegemonia burguesa sobre as camadas intermediárias e baixas da sociedade (p.241).

O espaço abstrato tem como função a rentabilidade, o lucro. Ou seja, se o capital só é conquanto que seja movimento de acumulação, o espaço que condensa essas funções do espaço abstrato só pode ser espaço urbano, resultado e condicionante do processo global de centralização e concentração de capital. Mas a recíproca não é verdadeira: o espaço urbano não é necessariamente espaço abstrato. O espaço abstrato é, na verdade, o espaço urbano capitalista como local privilegiado de formação, distribuição e realização da mais-valia socialmente produzida.

Ao mesmo tempo tendendo ao hierárquico, homogêneo e fragmentado, o espaço urbano capitalista se divide em sistemas e subsistemas, em conjuntos e subconjuntos. Daí resulta uma abordagem que tende a erigir a parte em todo, artifício da ideologia dominante. Uma metonímia espacial representada pela abordagem técnica. Por isso, para Lefebvre (2008, p.45) “hoje, a própria realidade urbana com sua problemática e sua prática, encontra-se oculta, substituída por representações (ideológicas e institucionais) que têm o nome de *urbanismo*”. Para ele uma síntese, que anunciasse uma verdadeira *ciência do fenômeno urbano*, não pode ser obra de estudos fragmentários de “especialistas”, porque eles isolados não constituiriam um conhecimento. Segundo ele, os arquitetos e urbanistas reivindicam esse papel “porque desenham, porque detêm o *savoir-faire*, porque executam os planos e projetos” (p.60). Isso ocorre pela elevação do urbanismo ao nível de conceitos, o que o transveste em prática social com caráter científico e técnico. O que ocorre na prática é que ele se apresenta como *política*, em última instância destinada a representar a hegemonia da classe dominante nas transformações da cidade. Prevalece, assim, um urbanismo incapaz de apresentar soluções globais à problemática urbana.

Essa racionalidade gera, segundo Lefebvre (p.46),

confusão entre o industrial [...] e o urbano [que] leva, numa hierarquia de ações, a subordinar este àquele [...], isto é, aplicação da racionalidade industrial e evacuação da racionalidade urbana.

Daí resulta, por exemplo, que Le Corbusier (1971, p.66) propõe a “criação de um instrumental de urbanismo para uso da sociedade da máquina”. Ignora a categoria modo de produção e suas implicações. O capitalismo, por sua vez, aproveita dos modernistas o que lhe é útil, descarta o supérfluo e “utópico”. Outra evidência: nos séculos XVI e XVII a cidade ganha sua escrita, os planos, momento em que o “desenho para a produção” de Brunelleschi comanda o trabalho dos operários na cúpula de Santa Maria Del Fiori.

Ao espaço urbano fragmentado, unido pela homogeneidade do desenho separado do planejador, cristaliza-se na mão produtiva que funciona com cabeça alheia. O trabalhador no canteiro, que objetiva o desenho no espaço, dá concretude aos traços e símbolos a partir da estrutura hierárquica de controle de informações. Edifica um espaço tão fragmentado quanto o corpo produtivo que o permite construir. Cada trabalhador parcial põe sua hora de trabalho no espaço abstrato, trabalho abstrato. Assim, **o trabalho coletivo que produz o espaço urbano aparece como trabalho abstrato que produz o espaço abstrato capitalista**, tal como o valor que se expressa somente como valor de troca. Assim, a natureza do sistema do capital se pretende natureza humana. Um espelho do outro, aparece como imagem invertida. Mas o trabalho coletivo depositado na hora abstrata de fato constrói. Trabalho morto, cristalizado, longe da constrangedora hora da criação, caminha pela cidade como soberano. Tal como o operário que constrói a casa que não é sua, a produção do espaço, coletiva, social, gera um espaço social que, no entanto, não é socializado. É a contradição fundamental: por um lado, a socialização crescente da produção social do espaço urbano, por outro, o ímpeto crescente de apropriação privada dos frutos da produção espacial. Um espaço cada vez mais fluido para o capital (Santos, 2013), e com variados níveis de obstrução e segregação para quem o produz. Em outras palavras, **o espaço social e a organização da vida cotidiana luta contra o espaço abstrato** (Gottdiener): é o fundamento da *crise urbana* que atinge as cidades. Ao que parece, o capitalismo criou não só a classe que pode superar as mediações de segunda ordem do capital. Mas também o espaço que permite traçar uma estratégia sócio-espacial de efetivação da liberdade.

O espaço da grande cidade não pode se conceber a partir da empresa [...]. O estatuto do trabalhador “livre” [...] é [...] o que permite aos operários ali coabitar com as outras classes. A divisão social do trabalho ali domina a divisão técnica. E é somente assim que a cidade permite a reprodução da força de trabalho e a reprodução das relações de produção, assim como o acesso de todos aos diversos mercados [...]. Dito de outro modo, a *liberdade* engendra contradições que são também contradições do espaço. A empresa tende em direção a uma sociedade totalitária [...]. Ao passo que o urbano mantém, malgrado ou através da violência, uma democracia (Lefebvre, 2006, p.249)

4. Conclusão

Tratei neste artigo do modo de produção como produtor de objetos ou produtos, mas também do espaço social que está ligado à reprodução da sociedade como um todo e de suas relações. O momento da construção, como primeiro espaço de produção, auxilia na análise do papel do trabalho produtivo, capaz de criar mais-valia que será a unidade global na constituição do espaço capitalista onde opera não só a produção, mas também a distribuição e a realização da mais-valia. O espaço social influencia direta e indiretamente nas forças sociais de produção, que passam a pré-determinar a própria produção do espaço construído.

Descolado do momento de sua produção, o espaço social pode ter seu valor de uso subordinado ao valor de troca, dando origem ao espaço abstrato, cuja função é o lucro. Ao mesmo tempo em que o espaço abstrato representa o espaço urbano, mantém com ele contradições irreconciliáveis que resultam na crise urbana. Daí origina-se estratégias espaciais de dominação de classe que elevam a abordagem técnica fragmentada ao campo da política, utilizando os planos e desenhos como mediadores.

Uma possível continuidade do trabalho teórico deste artigo abre para o estudo dos *agentes* que carregam interesses de classe e as *formas* e *dinâmicas* de produção do espaço urbano. Para isso, seria necessário tratar as fases do desenvolvimento capitalista e como os problemas sociais se articulam aos de natureza espacial tendo como linha de frente o setor imobiliário e sua articulação com o Estado na formação social brasileira.

Os diferentes agentes da produção do espaço urbano (Estado, frações do capital/propriedade fundiária, classes trabalhadoras) leem e se apropriam da cidade de maneira distinta. Além de conhecê-lo, é necessário apontar tendências e estratégias de transformação sócio-espacial e resolução da crise urbana, bem como o(s) agente(s) que

carrega interesses de classe e que pode levar à frente a tarefa de produzir um espaço que efetivamente realize o urbano em sua plenitude como o espaço da fruição e da liberdade (Lefebvre, 2006, 2008): “a transformação da sociedade deve ser feita através de uma criação consciente de novas relações sócio-espaciais que vinculem a transformação da obra à transformação da vida da comunidade” (Gottdiener, p.28).

Referências bibliográficas

Braz, M. Netto, J. P. 2011. *Economia política: uma introdução crítica*, 7ªed., São Paulo: Cortez.

Castells, M. 2006. *A questão urbana*, São Paulo: Paz e Terra.

Corbusier, L. 1971. *Planejamento Urbano*, 2ªed., São Paulo: Perspectiva.

_____. 1977. *Por uma arquitetura*, 2ªed., São Paulo: Perspectiva.

Ferro, S. 2006a. “A produção da casa no Brasil” (1969), In: _____. *Arquitetura e trabalho livre*, São Paulo: Cosacnaify, p.61-101.

_____. 2006b. “O canteiro e o desenho” (1976), In: _____. *Arquitetura e trabalho livre*, São Paulo: Cosacnaify, p.105-200.

_____. 2006c. “Sobre ‘O canteiro e o desenho’” (2003), In: _____. *Arquitetura e trabalho livre*, São Paulo: Cosacnaify, p.321-418.

_____. Lefèvre, R. 2006. “Proposta inicial para um debate: possibilidades de atuação” (1963), In: _____. *Arquitetura e trabalho livre*, São Paulo: Cosacnaify, p.33-6.

Gottdiener, M. 2010. *A produção social do espaço urbano*, 2ªed., 1ªreimpr., São Paulo: Edusp.

Lefebvre, H. 2006. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

_____. 2008. *A revolução urbana*, 3ªreimpr., Belo Horizonte: UFMG,.

_____. 2001. *O direito à cidade*, São Paulo: Centauro.

Lojkine, J. 1981. *O Estado capitalista e a questão urbana*, São Paulo: Martins Fontes.

Marcuse, H. 1998. “Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber” (1965), In: *Cultura e sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.113-136.

Maricato, E. 2009. “Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação”, In: *Cadernos Metrópole*, número 21, 33-52.

Marx, K. *O Capital*, vol.1 (1985), vol.4 (1986), vol.5 (1988), São Paulo: Nova Cultural.

_____. 2010. *Grundrisse*, São Paulo: Boitempo.

Mèzsaros, I. 2009. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*, São Paulo: Boitempo.

Santos, M. 2013. *A urbanização brasileira*, 5ªed., 3ªreimpr, São Paulo: Edusp.